

CURRÍCULO, SEXUALIDADE E AÇÃO DOCENTE: desdobramentos discursivos e os sentidos produzidos no contexto escolar

CURRICULUM, SEXUAL DIVERSITY AND TEACHING ACTION: discursive developments and the senses produced in the school context

Leonardo Agostinho da Silva¹
Meyre-Ester Barbosa de Oliveira²

Resumo: Os estudos de gênero e sexualidade desde sempre se constituíram como uma questão polêmica, dividindo opiniões quanto a sua discussão no contexto escolar. Em geral as abordagens atinentes à sexualidade e gênero que permeiam o currículo escolar são instituídas a partir de conceitos ligados ao padrão da heteronormatividade. O objetivo dessa pesquisa consistiu em analisar a produção acadêmica sobre currículo, diversidade sexual e ação docente no contexto escolar e os sentidos construídos nesse movimento de construção de saberes. Para tanto, foi realizado um estado da arte a partir da análise de dissertações e teses, publicadas entre os anos de 2009 e 2019. Os achados apontaram para uma discussão ainda operada pelo viés biologizante, com enfoque na reprodução humana, tomando como argumento para explicar as posturas em relação ao assunto. A partir do levantamento bibliográfico, percebeu-se que ainda é escassa a discussão sobre currículo/políticas de currículo que abordem a temática de forma mais aprofundada, em termos de compreensões político-filosóficas, por vezes se apresentando de forma muito pontual e superficial. Em face do exposto considera-se que é necessário ampliar o debate na possibilidade de contribuir para que a escola possa pensar estratégias para lidar com essa questão, transformando-se em um espaço reconhecedor das diferenças.

Palavras-chave: Diversidade sexual; Currículo; Educação; Diferença

Abstract: Gender and sexuality studies have always been a controversial issue, dividing opinions regarding their discussion in the school context. In general, the approaches related to sexuality and gender that permeate the school curriculum are instituted from concepts linked to the pattern of heteronormativity. The objective of this research was to analyze the academic production on curriculum, sexual diversity and teaching action in the school context and the meanings built in this movement of construction of knowledge. To this end, a state of the art was carried out from the analysis of dissertations and theses, published between the years 2009 and 2019. The findings pointed to a discussion still operated by the biologizing bias, with a focus on human reproduction, taking as an argument to explain postures in relation to the subject. From the bibliographic survey, it was noticed that there is still little discussion on curriculum / curriculum policies that approach the theme in more depth, in terms of political-philosophical understandings, sometimes presenting themselves in a very punctual and superficial way. In view of the above, it is considered necessary to expand the debate on the possibility of contributing so that the school can think of strategies to deal with this issue, transforming itself into a space that recognizes differences.

Keywords: Sexual diversity; Curriculum; Education; Difference

Resumen: Los estudios de género y sexualidad siempre han sido un tema controvertido, dividiendo opiniones sobre su discusión en el contexto escolar. En general, los enfoques relacionados con la sexualidad y el género que permeian el currículo escolar se instituyen a partir de conceptos vinculados al patrón de heteronormatividad. El objetivo de esta investigación fue analizar la producción académica sobre currículo, diversidad sexual y acción docente en el contexto escolar y los significados construídos en este movimiento de construcción del conocimiento. Para ello, se realizó un estado del arte a partir del análisis de disertaciones y tesis, publicadas entre los años 2009 y 2019. Los

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: leo.agost11@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0720-1361>.

² Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, Professora Adjunta do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio grande do Norte. E-mail: meyrester@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3487-6591>.

hallazgos apuntaban a una discusión aún operada por el sesgo biologizante, con foco en la reproducción humana, tomando como argumento para explicar posturas en relación con el sujeto. A partir del relevamiento bibliográfico, se advirtió que aún existe poca discusión sobre las políticas curriculares / curriculares que abordan el tema con mayor profundidad, en términos de entendimientos político-filosóficos, presentándose en ocasiones de manera muy puntual y superficial. En vista de lo anterior, se considera necesario ampliar el debate sobre la posibilidad de contribuir para que la escuela pueda pensar en estrategias para abordar este tema, convirtiéndose en un espacio que reconozca las diferencias.

Palabras clave: Diversidad sexual; Plan de estudios; Educación; Diferencia

1 INTRODUÇÃO

Em termos de políticas curriculares ou até mesmo de práticas escolares, gênero e sexualidade ainda parecem ser tratados quase que exclusivamente restritos a um campo disciplinar, na maioria das vezes impregnadas com perspectivas prescritivas a partir da reprodução técnica dos conteúdos, “reduzindo a educação ao ensino” (Elizabeth MACEDO³, 2012, p. 727).

E por mais que tenhamos o tema das sexualidades cada vez mais debatido fora do contexto escolar, tal questão ainda é silenciada dentro da sala de aula, ambiente considerado como facilitador da construção do conhecimento e, que mesmo assim, tem a discussão da diversidade sexual e de gênero como um tabu (Luiz MOITA LOPES, 2008).

Propor o debate sobre identidade sexual e de gênero na escola, desde sempre se constituiu numa questão polêmica, contribuindo para o afastamento dessa temática dos currículos escolares por meio do silenciamento, restrição da temática como campo do conhecimento. Alude também a possível falta de preparo pedagógico das/os educadoras/res em suas práticas cotidianas na sala de aula, o que reforça a lógica heteronormativa ao utilizar discursos travestidos de naturalidade, tão presentes na sociedade “normal” (Jimena FURLANI, 2008).

Dessa forma, muitos discursos sobre currículo na perspectiva da sexualidade e gênero são instituídos a partir de conceitos ligados a esse padrão da heteronormatividade, do binarismo macho e fêmea, do natural. Essa articulação discursiva, faz das escolas espaços avessos as performances de gênero que não correspondem à heterossexualidade, logo se caracterizam como inabitáveis para aqueles que não se encaixam nesse perfil (Rogério JUNQUEIRA, 2012; Thiago RANNIERY, 2017a).

É preciso deixar claro que discutir sobre sexualidade na escola não se trata de dizer o que deve ou não “ser ensinado” à luz de um modelo curricular pronto e acabado. Antes, trata-se de perguntar o que é apagado do campo imaginativo quando se trata desses termos (RANNIERY, 2017b) e, dessa forma, pensar que estratégias precisam ser postas em ação para lidar com essa problemática.

Como nos lembra Guacira Louro (2008), as políticas curriculares são alvo de atenção de setores conservadores, na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que eles consideram moralmente são. Nessa direção se constituem um viés para justificar o discurso pedagógico de professores que corroboram com tais ideais, bloqueando a ação daqueles que fazem jus a importância do debate na sala de aula.

Para tanto, falar claramente sobre sexualidade e diferenças sexuais contribui para que as/os jovens conheçam melhor seus próprios desejos, condição fundamental para que entendam e respeitem o desejo dos outros. Por vezes, um/a educador/a pode se dar conta ou não da diversidade, mas é bom lembrar que ela é real e não depende de nossa percepção ou permissão para que ganhe existência (Beto JESUS, et al. 2008).

Por compreender que as questões de gênero e sexualidade percorrem por todos os espaços sociais e que estamos envolvidos queiramos ou não com a temática, propomos esse estudo que tem como objetivo, conhecer a produção acadêmica sobre currículo, sexualidade e ação docente no contexto escolar, apontando os principais aspectos encontrados e, ainda que aspectos são silenciados ou pouco

³Com o intuito de não ocultar o gênero das autoras que utilizamos nesse trabalho, as citações serão nomeadas pelos nomes e sobrenomes na primeira vez em que forem citadas ou citados. Julgamos que quando optamos por apresentar apenas o sobrenome, corremos o risco de universalizar o gênero.

estudados.

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para o alcance do objetivo proposto foi desenvolvido um estudo denominado estado da arte, que visa integrar dados construídos a partir da análise de diferentes estudos que, por sua vez adotaram distintas metodologias, o que viabiliza a busca, avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis sobre um determinado tema.

A pesquisa foi realizada no mês de outubro, utilizando os descritores de acordo com os temas de currículo, diversidade sexual e ação docente no contexto escolar, no banco de teses e dissertações do portal Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). No primeiro momento foram utilizados os descritores no portal CAPES: “diversidade sexual” e “discurso de professores”. Já no segundo momento: “diversidade sexual”, “professores”, “currículo” e “educação”, utilizados para pesquisa no portal da BDTD.

Os critérios de inclusão adotados para orientar a busca e seleção das publicações foram: a) Trabalhos publicados na íntegra nas bases de dados b) Divulgados em língua portuguesa, com o objetivo de evidenciar os resultados de pesquisas especificamente brasileiras sobre o tema; c) Publicados entre os períodos de 2009 a 2019, de maneira a refletir as evidências científicas inerentes aos últimos dez anos no Brasil.

Os critérios de exclusão foram: a) Publicações que não se encontravam disponíveis em texto completo (apenas resumo); b) Publicações sem aderência ao objeto proposto; c) Publicações que disponibilizavam o texto completo, mas cujo link apresentava erro mediante a tentativa de acessá-lo.

A figura 1 explicita as etapas cumpridas na busca e seleção dos trabalhos para compor o material de análise.

Figura 1: Fluxograma que ilustra as etapas para a seleção do material empírico



Fonte: Elaborada pelo autor, 2019.

Legenda: Percurso para seleção do material empírico.

O quadro 1 complementa este resultado, referente a figura 01. Nele podem ser observadas a quantidade de trabalhos que foram encontrados e selecionados.

Quadro 01 - Quantitativo dos trabalhos encontrados nas bases de dados.

Base de dados	Encontrados	1º Filtro	2º Filtro	3º Filtro	Selecionados
BDTD	105	65	27	08	3
CAPES	362	102	42	11	5
TOTAL	467	167	69	19	8

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Legenda: Quantitativo dos trabalhos encontrados e selecionados após revisão integrativa por base de dados utilizando os descritores: Diversidade sexual; discurso de professores na 1ª busca e Diversidade sexual; professores; currículo; educação na 2ª busca.

O quadro 02 apresenta uma síntese das variáveis contidas no instrumento de coleta de dados, distribuídos em ordem aleatória seguidos por título do trabalho, nome da/o autora/or seguido do ano, grau acadêmico junto ao programa de pós-graduação e a instituição, por fim o portal de periódicos utilizado e o objetivo de cada estudo. Cada trabalho será citado durante a construção do texto grafado em formato itálico apresentando identificação e paginação conforme descrito no quadro e respeitando os discursos/posicionamentos de gênero assumidos nessa construção textual.

Quadro 02: Levantamento das características do material selecionado para análise.

Título/Autoras/autores	Grau Acadêmico/ Programa/ Instituição	Portal	Objetivo do Estudo
A geografia já saiu do armário? Diálogos sobre gênero, sexualidades e escola (ESCOUTO, Cláudia, 2019)	Dissertação/Pós- Graduação em Geografia	BDTD	Este estudo se propõe investigar como os professores de Geografia compreendem as questões de gênero e sexualidade e como isso reflete na sua atuação docente.
Educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental: concepções e práticas (MARTINS, Claudete, 2011)	Dissertação/Pós- Graduação em Ensino de Ciências e matemática	BDTD	Verificar se os/as professores/as trabalham o tema da sexualidade em sala de aula e, se trabalham identificar a metodologia de trabalho e as dificuldades enfrentadas.
Educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental: currículo e práticas de uma escola pública da cidade de Marília- SP (FIORINI, Jéssica, 2016)	Dissertação/Pós- Graduação em Educação	BDTD	Identificar como a questão da sexualidade é abordada pelo/as professores/as no espaço escolar, especificamente com relação à etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública da cidade de Marília – SP,
A escola e os professores diante da problemática da sexualidade: uma perspectiva histórico-sociológica de análise dos discursos e das práticas educacionais (MEDEIROS, Jarles, 2017)	Dissertação/Pós- Graduação em Educação	CAPES	O objetivo principal foi analisar como as sexualidades dos alunos eram percebidas pelo corpo docente e como se davam essas relações dentro da escola.
A construção dos saberes docentes: um olhar sobre as experiências de professores da disciplina de História acerca da temática de diversidade sexual. (VIEIRA, Hamilton, 2014)	Dissertação/Pós- Graduação em Educação Escolar	CAPES	Investigar os saberes docentes e suas articulações em relação as temáticas de gênero e diversidade sexual na escola.
Gênero, diversidade sexual e educação: concepções de professoras da educação básica no município de Paranaíba – MS. (CASTRO, Leandro, 2016)	Dissertação/Pós- Graduação em Educação	CAPES	Investigar como professoras do Ensino Fundamental I na Rede Pública Municipal de Ensino em Paranaíba, interior do estado de Mato Grosso do Sul, concebem e abordam vivências sobre gênero e diversidade sexual pelas manifestações de seus alunos.

Diversidade sexual em escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro: vozes de professores (as) (MANSUR, Maria, 2014)	Dissertação/Pós-Graduação em Educação	CAPES	Conhecer as concepções dos professores entrevistados sobre a diversidade sexual no espaço escolar; contribuir para fomentar a discussão em torno do tema, a partir das vozes docentes, trazidas nesta investigação; (c) identificar na fala dos professores e professoras o (re)conhecimento das políticas públicas e legislação sobre diversidade sexual direcionadas ao espaço escolar.
Rompendo a mordaza: representações de professores e professoras do ensino médio sobre homossexualidade (JÚNIOR, Jonas, 2010)	Tese/Pós-graduação em Educação	CAPES	Investigar as representações de professores/as de duas escolas públicas paulistanas têm sobre a homossexualidade, buscando desvendar as concepções e crenças de professores/as do Ensino Médio da rede pública do Estado de São Paulo, em relação à homossexualidade e à diversidade sexual no cotidiano escolar

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Título: Principais características dos estudos encontrados nas bases de dados.

A análise de todo o material construído durante a pesquisa foi influenciada pela perspectiva epistemológica pós-estruturalista, a partir da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, na tentativa de entender esses processos pedagógicos e contextuais da escola, por meio dos discursos. Nessa perspectiva, os discursos são entendidos não somente como falas e sim como práticas, pois são responsáveis pela elaboração de significação e ação no social (LACLAU; MOUFFE, 1985).

3 DISCURSOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: ENTRE TEXTOS, FALAS E INTENÇÕES

A partir da análise das produções foram estabelecidas três seções temáticas: a primeira está relacionada à discussão de gênero e sexualidade ainda vista pelas lentes do biologicismo, a segunda está voltada para a participação docente na produção de sentidos articulados a discussão de gênero e sexualidade na escola e, por fim, a última seção relacionada às concepções de currículo, gênero e sexualidade anunciadas por meio dos trabalhos selecionados.

3.1 Gênero e sexualidade pelas lentes do modelo biologicista.

No contexto atual, o tabu em torno das questões de gênero tem sido cada vez mais desconstruído, no entanto a repressão e preconceito ainda continuam, por vezes de forma muito velada, por meio de discursos que favorecem e potencializam ideias de grupos conservadores e religiosos.

Desde os anos sessenta do século vinte, o debate sobre identidade e gênero é posto em pauta, graças à luta traçada pelos movimentos feministas, de gays e lésbicas, e aqueles que de alguma forma se sentiam ameaçados (LOURO, 2000). Esses movimentos, em geral, eram constituídos por pessoas que por não se conformarem com o que estava sendo posto socialmente, foram às ruas para ecoar gritos por liberdade, respeito e garantia de seus direitos.

E atualmente, mesmo com todos os avanços na conquista de inúmeros direitos no tocante ao gênero e a diversidade sexual, esta última ainda vem sofrendo ataques consideráveis ao receber um tratamento restrito a partir do viés biológico, que concebe apenas como aceitável quem se encaixa no

binômio macho-fêmea, homem- mulher.

Muitos equipamentos sociais e aparelhos midiáticos reproduzem essa ideia, e a escola não foge à regra, mesmo sendo considerado um espaço de pluralidades e diferenças, muitas vezes o discurso é permeado pelo viés biologizante como se este fosse determinante para a formação das identidades e orientações sexuais das pessoas. Tal assertiva é corroborada em alguns dos estudos analisados.

Abordagem predominante é a médico-biológicoista [...] e isso se dá porque ser reflexo de uma educação repressora e controladora por eles/as e, por isso, tratam a sexualidade de forma distante das reais necessidades dos/as alunos/as (MARTINS, 2011, p.86-120).

Percebe-se [...] reflexos da concepção médico-higienista acerca da educação sexual, visando à informação de caráter fisiológico, sem a intenção de discutir tabus e preconceitos, bem como outras dimensões da sexualidade (FIORINI, 2016, p. 25).

Uma ótica marcadamente biológica que entende sexo, sexualidade e diversidade sexual como mesmas instâncias [...] (VIEIRA, 2014, p.146).

A escola nega [...] toda e qualquer configuração sexual que não seja pautada no binarismo de gênero macho-fêmea/reprodutivistas (CASTRO, 2018, p.77).

Na vida cotidiana, a ideia de naturalizar as questões concernentes à sexualidade é essa forte e as diferenças instituídas entre homem e mulher, na vida social, surgem como se fosse provenientes da biologia (JÚNIOR, 2010, p. 27-28).

Alice Lopes e Macedo (2011) nos ajudam a pensar sobre esse fato ao levantar a discussão sobre o essencialismo biológico que separa os sujeitos por meio de suas características biológicas, na tentativa de reforçar o conceito de “natural” como o único e aceitável, gerando posturas conservadoras que assumem esse discurso biológico para justificar seus posicionamentos opressores e preconceituosos.

Percebe-se que o viés biológico tem sua discussão reforçada no âmbito da escola, a partir do conteúdo sobre reprodução humana, assumidamente pelas disciplinas de ciências ou biologia, que muitas vezes não abrem a possibilidade de discussão para a temática de gênero ou identidades sexuais, e só reforçam uma discussão baseada na lógica heteronormativa. Os excertos que seguem evidenciam algumas dessas questões:

[...] na tentativa de trabalhar o tema no âmbito escolar, muitas vezes, são transmitidas ideias limitadas sobre o assunto, relacionando-o ora apenas ao sistema reprodutivo, quando abordado em disciplinas da área de ciências biológicas, ora às DSTs, quando trabalhado em palestras isoladas conduzidas, geralmente, por profissionais da área da saúde (FIORINI, 2016, p. 10).

Ausência do tema no livro utilizado em sala de aula [...] só traz questões referentes a higiene [...] Quando ele aparece é de forma reduzida (MARTINS, 2011, p. 100-101).

Em termos gerais, quando há um trabalho relacionado à diversidade sexual nas escolas, ocorre isolado em projetos pontuais e, mesmo quando desenvolvido no coletivo, a disciplina de Biologia e os “especialistas”, como a figura do orientador educacional ou profissionais externos ao ambiente escolar, são convocados a “lidar” com o tema (MANSUR, 2014, p. 169).

Corroborando com a opinião dos pesquisadores, Luciana Barbosa, Cátia Viçosa e Vanderlei Folmer (2019) reconhecem a importância da educação sexual na escola, porém acreditam que falta preparo dos educadores para lidar com a discussão, bem como destacam o fato desta temática ainda se mostrar como tabu para a sociedade. Logo, também defendem uma abordagem para além da reprodução humana, que possibilite um olhar ampliado para os educandos.

Vale salientar que algumas autoras e autores dos estudos analisados se posicionaram de forma contrária a ideia de trabalhar temáticas de gênero e diferenças sexuais utilizando uma abordagem reducionista, que se limita apenas a reprodução humana, pois reconhecem a importância de compreender e discutir outras possibilidades, conforme destacado a seguir.

[...] a abordagem da sexualidade não diz respeito exclusivamente aos conhecimentos sobre anatomia e fisiologia dos órgãos sexuais e do sistema reprodutor feminino e masculino (MARTINS, 2011, p. 64).

Torna-se necessário realizar uma discussão acerca da sexualidade para além do corpo e dos aspectos reprodutivos a fim de compreender suas múltiplas variações e manifestações, não sendo possível fechar tais conceitos [...] leva implícita a ideia de que a única orientação sexual aceitável é a heterossexual matrimonial, marginalizando, com isso, toda a diversidade sexual e restringindo a sexualidade feminina aos aspectos reprodutivos (MEDEIROS, 2017, p. 81;152-153).

Para que houvesse um avanço a fim de possibilitar novas práticas discursivas sobre gênero e diversidade sexual na escola, seria preciso que a escola vencesse a barreira da determinação biológica (CASTRO, 2018, p. 105).

Sendo mais específico ao tratar sobre as orientações sexuais, quando estas se apresentam sob outras configurações, diferente do que é posto socialmente, ou seja, a partir de uma matriz heteronormativa, acabam sendo avaliadas como erro, patologia, antinatural, conforme apontam as pesquisadoras e pesquisadores em seus trabalhos.

A condição heterossexual é fixada como exclusiva possibilidade legal de vivência, e a homossexualidade é entendida como subversiva, bizarra, ilícita, patológica e/ou pecado [...] assume o status de doença, perversão, pecado, síndrome ou aberração, maior será a legitimidade da heterossexualidade compulsória (JÚNIOR, 2010, p. 75;134).

A homossexualidade ainda é vista como uma forma suja, pecaminosa de viver a sexualidade [...] Na hierarquia das sexualidades, a heterossexualidade ocupa o lugar de maior importância e destaque por ser considerada com a única manifestação natural da sexualidade, logo, as outras são tratadas como inferiores e não naturais (ESCOUTO, 2019, p. 42).

Ao mesmo tempo, transmite o conceito de que a homossexualidade não é natural e que, em contrapartida, a relação heterossexual, o é (FIORINI, 2016, p. 82).

Ao naturalizar a heterossexualidade, estigmatiza as diversidades sexuais, silenciando-as (MEDEIROS, 2017, p. 160).

Quando se trata dessa questão Junqueira (2013, p. 482) assevera que a escola brasileira, ao longo do seu processo histórico, utilizou-se de um conjunto de valores, normas e crenças, o que contribuiu de forma potente para redução/apagamento da figura do outro. Desse modo, percebe-se uma centralização no “adulto masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente normal”, considerando todas/todos aqueles que fogem as normas predefinidas de gênero e sexualidade como “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “pervertido”, “criminoso” ou “contagioso”.

Ao refletir sobre esse discurso, Louro (2000, p. 12-13) afirma que além de ser validada como natural, a heterossexualidade é tida como “universal e normal”. Acrescenta, ainda, que ao tomar como base essa norma social, “as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais.”

Contudo, potencializar a discussão sobre os estudos de gênero e diversidade sexual a partir dos saberes estritamente biológicos, bem como a compreensão da heterossexualidade como única possibilidade de orientação sexual, acaba se configurando como um campo que privilegia apenas uma parcela da comunidade estudantil, o que pode vir a reforçar atos homofóbicos e exclusão das diferenças.

3.1.1 Diferença ou diversidade?

Muitas vezes os termos diversidade e diferença são encarados como sinônimos, mas do ponto de vista político-filosófico e, das circunstâncias sociais, culturais, econômicas sejam de raça, etnia, gênero sexualidade, religião, ambos os significados apresentam-se com sentidos e significados diferentes. Nosso objetivo nesta seção não é buscar uma resposta pronta, mas problematizar e refletir sobre outras

possibilidades de discussão.

As noções de diversidade e diferença são confundidas em grande parte, ao serem operadas a partir de uma visão multiculturalista, fazendo apelo a tolerância e ao respeito. Todavia, o termo diversidade, que é empregado na tentativa de possibilitar uma inclusão, acaba fazendo um jogo inverso, e cai no âmbito da exclusão. Dessa forma, assumindo uma visão colonialista, a diferença e a identidade “tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas” (Tomaz SILVA, 2000, p.73).

Ao refletir sobre esse discurso colonialista Homi Bhabha (1991, p. 186), como crítico denominado pós-colonialista, apresenta sua compreensão ao afirmar que:

O poder colonial produz o colonizado com uma realidade fixa que é imediatamente em “outro” e ainda inteiramente conhecível e visível. Isto assemelha-se a um tipo de narrativa em que produtividade e circulação de matérias e signos encontram-se ressaltadas numa totalidade reformada e reconhecível. Emprega um sistema de representação, um regime de verdade, que estruturalmente se parece ao realismo.

Carlos Skliar (2003, p. 43) também tece uma crítica ao multiculturalismo, ao apontar seu caráter colonial, a partir de uma discussão sobre a dissimilaridade entre “o outro diverso” e “o outro diferente”, compreendendo o “outro diverso” como um produtor de mesmices homogêneas. Para o autor esse viés assume um caráter classificatório, “que só buscam restringir o outro para longe de seu território, de sua língua, de sua sexualidade, de seu gênero, de sua idade, de sua raça, de sua etnia, de sua geração etc.” (p. 45).

De acordo com Macedo (2014, p. 94) há um problema para a educação ao trabalhar com a noção de igualdade e diferença de forma articulada, pois neste caso estaria reduzindo o sentido da *diferença em si mesma à diferença entre e*, ao mesmo tempo, impedindo o surgimento de significações para além das que já existem. Essa ideia aponta para uma busca de igualdade para a sociedade, da qual a referida autora, faz uma crítica afirmando que essa é uma tentativa fadada ao fracasso, na medida que “Qualquer promessa de igualdade é falaciosa”, dessa forma um projeto impossível (2014, p. 96).

Trazendo a questão para o debate no campo do currículo, Lopes e Macedo (2011, p. 227) apontam que pensar a partir de um discurso político-filosófico inspirado na filosofia da diferença, “implica recusar com a perspectiva da identidade, rechaçar fixações que criam as identidades como golpes de força sobre a possibilidade de ampla significação”.

Para as autoras operar com a noção da diferença dentro da compreensão de currículo, é entendê-lo como cultura. Trata-se de compreender o currículo como enunciação cultural, onde os sentidos são produzidos de forma híbrida, contínua, sem finalizações, “e que portanto incapaz de construir identidades”, mas identificações contingentes, provisórias, temporárias e fluidas.

Para Silva (2000) a identidade e a diferença são produzidas social e culturalmente, a partir de um processo discursivo e simbólico, em um campo de disputas e negociações. Ademais, tais identificações não são fixas e nem estáveis, mas produzidas a partir do processo de diferenciação social, sem demarcar fronteiras, vão estabelecendo relações de poder.

Dentro da escola, essas relações de poder são fortemente marcadas, por embates, tensões e conflitos de interesse, influenciadas pelas relações hegemônicas presentes, que vão constituindo e produzindo sentidos e significados a partir de suas defesas e compreensões de cultura, política, gênero, sexualidade, religião, que influenciam na tomada de decisões, favorecendo, bem como silenciando alguns debates temáticos.

Nessa perspectiva, as temáticas de gênero e sexualidade que aparecem em todos os espaços-tempos da escola, por exemplo, podem ser tomadas a partir de uma discussão desconstrutivista, reflexiva, questionadora, considerando a diferença em si mesma, ou assumindo um discurso essencialista, natural, silenciando as diferenças existentes.

Nesse contexto, Lopes e Macedo (2011) expressam que por mais que aparentemente existam identificações estáveis, não tem como obter o controle total. Portanto, mesmo diante de hegemonias fortes e identificações que parecem estáveis, não há como manter o controle, porque os sentidos

produzidos e, conseqüentemente, “há sempre algum sentido que escapa do controle”, e é nesse momento que a diferença atua. Ao contrário disso, em uma situação hipotética, proposta pelas autoras, sobre a possibilidade de existência da identidade plena, “não haveria diferença: a intervenção do sujeito na estrutura teria sido tão forte que os sentidos estariam totalmente controlados” (LOPES; MACEDO, 2011, p.230).

Ainda nessa discussão sobre processos hegemônicos, as autoras citadas anteriormente, incentivam o debate ao propor como reflexão para essas questões, a partir da desconstrução de hegemonias, de sentidos que visam a fixação, o controle de identidades estereotipadas. Sobretudo, poder questionar as próprias teorias de currículo “não com uma ideia de substituí-las por contra-hegemonias, mas com o objetivo de impedir que se fortaleçam de tal maneira que se torne impossível questioná-las” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 232).

3.2 Educação dentro do armário? A participação docente e o papel da escola nos estudos de gênero e diferenças sexuais.

Na tentativa de regulação dos corpos, o cotidiano de alunas e alunos é constituído de normas que visam regular os seus comportamentos e ações, ao passo que aqueles que não se encaixam no perfil padrão acabam sendo invisibilizados, excluídos e obrigados a se calarem no cenário da escola. De acordo com Junqueira (2012, p. 286) essa “vigilância das normas de gênero cumpre papel central na pedagogia do armário”, a qual é marcada por dor, sofrimento e negação de si mesmo.

Logo, professoras e professores precisam estar atentos quanto à abordagem dessas questões na sala de aula ou em qualquer outro espaço da escola, tendo cuidado de não reproduzir um discurso excludente em relação às alunas e alunos que não se encaixam no perfil heteronormativo cisgênero.

De acordo com os estudos que compõem o corpus de análise do presente estudo, percebe-se que as/os professoras/es optam por não assumir a discussão em sala de aula em virtude do medo e insegurança.

[...] herança repressora que nos impede de falar livremente sobre a sexualidade. Isso vem repercutindo na atitude do/a professor/a diante da sua prática pedagógica no que se concerne à sexualidade. Inibidos e temerosos, muitos não realizam sua tarefa de educar sexualmente (MARTINS, 2011, p. 77).

O medo sobre a reação das famílias está em um dos argumentos mais utilizados para justificar a não abordagem da sexualidade (FIORINI, 2016, p. 101).

[...] temem que tratar do assunto possa representar uma sobrecarga às suas responsabilidades ou se sentem “inseguros” para isso (MANSUR, 2014, p. 165).

Por outro lado, algumas vezes a própria escola e os professores carregam seus ideais e não compactuam com a discussão de gênero e sexualidade e, não raro, praticam atitudes homofóbicas e preconceituosas. Essa questão é apontada nos estudos analisados.

Constatou-se que a prática docente não é neutra, sendo permeada por crenças múltiplas, muitas dessas carregadas de preconceitos e/ou estigmas. [...] muitos professores silenciam e ficam de braços cruzados à espera de uma intervenção exterior (MEDEIROS, 2017, p. 29;169).

[...] atuam em sala de aula sem ter um olhar sensível para a reprodução do preconceito, a qual muitas vezes é praticada pelos próprios docentes (ESCOUTO, 2019, p.90).

As justificativas impregnadas de preconceito e desconhecimento acabam por articular discursos travestidos de boa intencionalidade, respeito às diferenças e promoção à vida, algo que parece permanecer imperceptível sob a égide institucional (CASTRO, 2018, p. 90).

A escola, por sua vez, acaba reproduzindo ações sexistas em seu cotidiano, ao invés de incitar atitudes reflexivas e críticas quanto ao papéis de gênero e as imposições sociais quanto ao assunto (FIORINI, 2016, p. 33).

De acordo com Fernando Seffner (2009) muitos professores não abordam essa questão na sala de aula por conta de suas crenças e opiniões sustentadas pelo viés religioso, e com isso acabam dificultando a valorização da diferença. O autor ainda ressalta que mesmo diante desses problemas é preciso tentar superar esse bloqueio e, conseqüentemente, buscar outras estratégias.

Duas pesquisas apontaram que a prática docente é realizada a partir de conhecimentos pessoais, o que na maioria das vezes, como vem sendo destacadas nas pesquisas aqui analisadas, é tida como fragilizada, supostamente pela falta de embasamento teórico e despreparo para se colocar diante da discussão, que por sua vez, não pode ser conduzida de qualquer forma.

Marcadamente esse saber construído que alicerça o que é direito, fica muito mais ligado aos saberes pessoais que esse/as professor/as trazem em sua vivência profissional, e reelaboram esses saberes criando uma complexa rede com os saberes que consideram advindos de sua formação acadêmica. A rede de informações nesses saberes da experiência aponta que a prática docente se fragiliza diante desse cotidiano escolar quando essas temáticas emergem (VIEIRA, 2014, p. 104;121).

Portanto, é notória a fragilidade discursiva e intelectual dos professores quando a temática é a sexualidade e seus desdobramentos, por exemplo, o gênero e a diversidade sexual (CASTRO, 2018, p. 95).

[...]Isso evidencia o despreparo dos cursos de formação de professores e dos profissionais da educação para o trato com esses temas tão presentes no espaço escolar (ESCOUTO, 2019, p. 101).

Nessa perspectiva, para sanar essa dita fragilidade, algumas pesquisas apontam a necessidade de investimento em formação de professores como uma das possibilidades, na perspectiva de aprofundar a temática que conforme (MANSUR, 2014, p. 115), requer “um planejamento, uma organização, estudo e continuidade por parte de quem a leva à discussão”. Alguns estudos apontam para a necessidade de formação continuada.

[...] é imprescindível que o/a professor/a e todos/as que fazem parte da escola e têm contato com os/as alunos/as recebam formação para aprimorar sua atuação como educador/a sexual (MARTINS, 2011, p. 61).

Diante dessa situação, é cada vez mais necessário pensar que as temáticas de sexualidade, gênero e diversidade sexual sejam pensadas no contexto educacional brasileiro [...]Para que os saberes sejam problematizados e que se pense em formações continuadas que se estruturam para também subsidiar aos/as docentes uma revisão de seus saberes (VIEIRA, 2014, p. 153-154).

[...] uma opção seria a formação de mais professoras/professores com identidades reconhecidamente dissonantes da matriz de gênero binária e heterossexual, os(as) quais deveriam ser explícitas(os) quanto a suas orientações e diversidade[...] (CASTRO, 2018, p. 111).

De acordo com o presente estudo, entende-se que privilegiar a formação continuada é fundamental para a valorização do saber docente e fortalecer a discussão e ações pedagógicas efetivas em torno de temas como a diversidade sexual no espaço escolar (MANSUR, 2014, p. 169-170).

Importante destacar que é preciso ter o cuidado para não assumir um discurso de culpabilização aos professores, na tentativa de explicar e justificar os problemas que surgem na educação em seus múltiplos contextos e demandas, como se o investimento na formação de professores pudesse resolver todos esses problemas, almejando o alcance de uma “eficiência” e “qualidade”.

De acordo com Rita Frangella e Meyre-Ester Oliveira (2017) há um discurso político de alinhamento das políticas propondo mudanças e reformas curriculares, para ao alcance dessa “qualidade”, mas que no entanto tem se revelado como um discurso de fixação e centralização de sentidos e significados, pautado em uma lógica neoliberal.

Ainda, Frangella e Oliveira (2017) em sua pesquisa, propõem um distanciamento da ideia de buscar erros ou acertos, aquilo que é positivo ou negativo, para então assumirem um debate problematizador

das políticas e um compromisso com a criticidade destas, sempre de forma híbrida e ressignificada. Tomamos como inspiração essa ideia para aprofundar o debate sobre gênero e sexualidade, pois o entendemos como complexo e multifacetado, requerendo deslocamentos, desconstruções e desfixações, num processo de negociação e articulação, a partir das múltiplas demandas.

Para tanto, Seffner (2009) corrobora também que as questões de gênero e diferenças sexuais são complexas e requerem estudo por parte dos professores, para que não haja a exclusão da discussão em sala de aula, além do mais a escola é um local de aprendizagens e nenhum tema pode ser tratado de forma improvisada. O autor reconhece que é importante que os professores ampliem seus conhecimentos, seja a partir da busca de materiais pedagógicos, cursos de atualização ou até mesmo participação em eventos que promovam a discussão sobre gênero e sexualidade.

Partindo desse pressuposto, que aponta a aquisição de conhecimento como um fator que contribui para a diminuição dos processos de exclusão e preconceito, chamamos atenção para o fato de que, ainda assim, esse motivo não significaria uma mudança automática da postura de professoras/professores ou de outros sujeitos que compõem a escola. Haja vista que, para o reconhecimento das diferenças, outras influências entram em jogo, como por exemplo as religiosas, regionais, culturais, sociais e que tanto podem ajudar a potencializar a discussão na escola, como também contribuir para o apagamento desta.

Ainda assim, não dá para fingir que não há diferenças sexuais e de gênero na escola, porque as pessoas e as discussões estão presentes nela o tempo inteiro de forma contínua. Dessa forma podemos compreender que a escola tem uma participação importante no reconhecimento dessas diferenças. Ao refletir sobre o papel da escola, alguns dos pesquisadores que tiveram seus trabalhos analisados concordaram com essa discussão.

A escola representa o local mais adequado para esse processo educativo, desde que se inicie cedo, visto que poderá levar muito tempo para surtir efeito. Evitar que se tornem adultos/as cheios/as de tabus é um dos objetivos maiores (MARTINS, 2011, p. 111).

[...] a escola se configura como espaço ideal para se discutir a sexualidade em múltiplas dimensões numa linguagem que os alunos percebam que estão falando do que eles vivenciam [...] Abordar o tema na escola pressupõe uma postura transdisciplinar, considerando as particularidades de cada sujeito, rompendo as barreiras do biológico (MEDEIROS, 2017, p. 139).

Acredita-se que, trazer essa discussão para a Educação é inserir temática relevante num segmento de grande potencial de transformação de realidades sociais (CASTRO, 2018, p. 108).

A escola oportuniza os saberes que nos subsidiam na compreensão e no enfrentamento dos obstáculos da vida e possui uma função substancial na maturação da sexualidade dos jovens. Na escola, trabalhar com sexualidade denota extinguir preconceitos e estereótipos, potencializar tratamento igualitário nas socializações entre mulheres e homens, aprimorando expressivamente a qualidade de vida (JÚNIOR, 2010, p. 51).

Rachel Abreu e Raquel Santos (2016, p. 26) acreditam que uma das formas para possibilitar a discussão de gênero e diversidade sexual é construir um diálogo mais profundo com outras áreas da educação, quer seja no campo do currículo ou no da formação de professores, e do desenvolvimento psicológico na tentativa de ampliar o debate na escola.

As questões referentes à sexualidade na escola (LOURO, 1997) fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos rabiscos dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros, e não apenas aí. Elas estão também nas salas de aula, assumidamente ou não, nos discursos e atitudes das professoras, professores e estudantes, entendendo-os como sujeitos que podem a qualquer momento “atravessar as fronteiras discursivo-culturais da sexualidade” (MOITA LOPES, 2008, p.138).

3.3 O currículo e a discussão de gênero e sexualidade na escola: um campo de tensões

A partir do levantamento bibliográfico composto exclusivamente por dissertações e teses, percebeu-se que ainda é pouco expressiva a discussão sobre currículo/políticas de currículo no tocante as questões de gênero e diferenças sexuais.

Como resultado da análise dois trabalhos expuseram uma compreensão de currículo discutida e trabalhada por estudiosas/os e teóricas/os pós-estruturalistas

Currículo é poder. E onde há poder, há disputa (ESCOUTO, 2019, p. 71).

No cerne desse processo de formação das diferenças, o currículo escolar, que fabrica instrumentos particulares de conhecimento, significações sociais e identidades culturais (de gênero, classe, sexualidade, raça, etnia, geração), emerge como espaço de significação, perpassado por processos que asseguram não apenas a representação de uma identidade, mas também o fato de incluí-la ou excluí-la por conta dos jogos de interesse que acontecem por disputa de poder (JONAS, 2010, p. 200).

De acordo com Lopes e Macedo (2011) pensar o currículo nessa perspectiva é compreendê-lo como prática discursiva e de poder, bem como de significação e atribuição de sentidos, que está ligada a produção de diferentes discursos sociais e culturais. Portanto está imbricado em um campo de disputas, no qual se manifestam as relações de poder.

Em outro momento Macedo (2006, p. 104) chama atenção para “pensar o currículo mais como algo que está sendo do que algo que já foi [...] pensá-lo como arena de produção cultural”, o que implica pensar na dinamicidade do currículo, bem como as relações hegemônicas provisórias, em movimentos de aproximações e afastamentos contínuos. Dessa forma não tem como concebê-lo como algo fixo, nem pronto e, muito menos, acabado.

Ao propor a discussão sobre gênero e sexualidade na escola, um jogo de interesses é iniciado quer seja por aquelas/es que lutam pela inserção desta temática no currículo escolar, ou por aquelas/aqueles que silenciam a discussão em função de suas crenças religiosas e concepções políticas. Fato este que pode ser observado no trabalho de instâncias governamentais, que sob influência de um forte movimento político conservador decidiram excluir termos como “identidade de gênero” e “orientação sexual” dos documentos oficiais que orientam a construção de políticas educacionais (FURLANI, 2016).

Dessa forma o currículo pode ser encarado também, como um dispositivo que ajuda no processo de exclusão e marginalização, que por vezes a depender de como é concebido, pode ocultar as discussões de gênero e sexualidade na escola e potencializar ações preconceituosas, ao conceber essas discussões a partir de um enfoque biológico e essencializador. Como podemos observar no fragmento a seguir.

Portanto, as ausências e silêncios de um currículo não são meros acasos, são na verdade reflexos daquilo que é priorizado socialmente versus o que é rechaçado. As sexualidades, consideradas não-normais, estão fora do currículo. E, além disso, são combatidas pelo mesmo, que visa formar cidadãos “normais”, ou seja, heterossexuais (ESCOUTO, 2019, p. 73).

Um último ponto que foi identificando em dois estudos, diz respeito ao envolvimento e participação do currículo ligado a construção de identidades.

O currículo acaba sendo responsável também pela formação da nossa identidade (ESCOUTO, 2019, p. 72).

O currículo escolar está conectado intrinsecamente à construção de identidades sociais (JÚNIOR, p. 2010, p. 69).

Esse tema ainda não está, de fato, incluso nos currículos dos vários níveis de ensino (MARTINS, 2011, p. 120).

Conforme Furlani (2007, p. 271), “O currículo escolar, portanto, é central na construção das diferenças e identidades”, de modo que o papel da escola é assumido não só como importante, mas como estratégico por ser um local onde as complexas formas de “identidades culturais são construídas, articuladas, transgredidas e re-articuladas” nas práticas sociais e materiais pedagógicas.

Nesse sentido, “a incorporação dos diferentes discursos nos documentos curriculares é resultado de um complexo processo de negociação, pelos diferentes sujeitos e grupos sociais, de sentidos em torno das políticas (Rosanne DIAS; Alice LOPES, 2009), o que vai ao encontro com o discurso proposto no trabalho de (FIORINI, 2016, p. 115) “é necessário pensar-se na necessidade de reformulação das políticas curriculares voltadas à educação sexual”, de forma a contemplar os estudos de referência sobre essas questões.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Analisando os trabalhos selecionados, foi possível identificar um considerável avanço se tratando sobre os estudos de gênero e diferenças sexuais nas escolas, porém no tocante ao campo do currículo/políticas curriculares, esta discussão se mostrou de forma reduzida e em alguns momentos ausentes.

A partir das análises foi possível constatar que mesmo há muito tempo a homossexualidade tendo sido deixada de ser considerada doença, há ainda, um discurso muito forte assumidamente pelo viés biologicista, que reforça e potencializa o preconceito e a exclusão social.

Esta pesquisa possibilitou ainda reconhecer que existem alguns pontos a serem pensados/problematizados no tocante a formação de professores, que não raro, ficam em dúvidas sobre como mediar uma discussão sobre gênero e sexualidade, seja na sala de aula ou em outros espaços.

Aponta-se como desafio a necessidade para futuras investigações no tocante as políticas curriculares, com ênfase na exclusão dos termos que remetem a discussão plural de identidades e sexualidades, além identificar como são abordadas as relações de gênero nas políticas educacionais que as escolas estão pondo em ação.

Em face do presente estudo, considera-se que a problematização e discussão dos estudos de gênero sexualidade são de extrema relevância para o contexto das instituições em todos os níveis de ensino, na possibilidade de dar visibilidade aos sujeitos que não se encaixam na lógica heteronormativa. Ademais esta é uma possibilidade de ampliação do diálogo em diversos espaços sociais, na tentativa de desconstrução e promoção de uma educação reconhecadora das diferenças.

REFERÊNCIAS

ABREU, Rachel Luiza Pulcino; SANTOS, Raquel Alexandre Pinho dos. Gênero e sexualidade nos PNCs: uma análise dos objetivos gerais. *Caderno Espaço Feminino*- Uberlândia-MG- v.28, n.1. 24-35- Jan/Jun, 2015. p. 24-35. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/inequem/article/view/283733>. Acesso em: 24 ago 2020.

BARBOSA, Luciana Uchôa, VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes, FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*. Vol. 11(10)| e772. 1-10, 2019. p. 1-10. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/772/515>. Acesso em: 24 ago 2020.

BHABHA, Homi K. *A questão do “outro”*: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. Pós-modernismo e política / organização de Heloisa Buarque, de Hollanda. - Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FURLANI, Jimena. Educação Sexual — quando a articulação de múltiplos discursos possibilita sua inclusão curricular. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 26, n. 1, 283-317, jan./jun. 2008. p. 283-317. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795x.2008v26n1p283>. Acesso em: 24 ago 2020.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres; OLIVEIRA, Meyre-Ester de. Políticas Curriculares e Formação de professores: isto ou aquilo? Ou o mesmo? In: FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres; OLIVEIRA, Meyre-Ester Barbosa de (orgs). *Currículo e formação de professores: sobre fronteiras e atravessamentos*. Curitiba: CRV, 2017. 210 p.

JESUS, Beto et al. *Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens*. Ed. Especial, revista e ampliada. – São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008. p. 92. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/Diversidade-Sexual-na-Escola-uma-metodologia-de-trabalho-CORSA-e-ECOS-2008-1.pdf>. Acesso em: 24 ago 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário – A normatividade em ação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, jul./dez. 2013. p. 481-498.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985. 326 p.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis, RJ. Uma perspectiva pós-estruturalista. Vozes, 1997. 179 p.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56). 17-23. maio/ago, 2008. p.17-23. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 24 ago 2020

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 279.

MACEDO, Elizabeth. Currículo e conhecimento: Aproximações entre educação e ensino. *Cadernos de Pesquisa*, vol.42, n.147, p. 716-737, 2012. p. 716-737.

MACEDO, Elizabeth. *Diálogos curriculares entre Brasil e México*. Organização Alice Casimiro Lopes, Alicia de Alba. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

MOITA LOPES, Luís Paulo. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* / Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (Orgs.). 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RANNIERY, Thiago. Currículo, normatividade e políticas de reconhecimento a partir trajetórias escolares de “meninos gays”. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 25(51), 2017a. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.25.2835>

RANNIERY, Thiago. *Sexualidade na escola: é possível ir além da máquina de diferentes?*. In: MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago (Orgs). *Currículo, sexualidade e ação docente*. Rio de Janeiro: DP ET ali, 2017b.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, v. 32. 2009. p. 458. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacoes_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf. Acesso em: 24 ago 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 133 p.

SKLIAR, Carlos. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros". *Ponto de Vista*, Florianópolis, n.05, p. 37-49, 2003. p. 37-49. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1244>. Acesso em: 24 ago 2020.

Recebido em: 24/08/2020

Aceito em: 29/09/2020

Publicado em: 11/12/2020